



Serra também deve ser cobrado

Sua candidata a vice se opôs a várias reformas vitais ao equilíbrio fiscal

O MERCADO FINANCEIRO TEM ANDADO COM ARRANCOS de cachorro atropelado, como diria Nelson Rodrigues, e a questão da dívida pública, que envolve a solvência ou não do Estado brasileiro, está no olho do furacão. O quadro aumentou as cobranças sobre o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Como líder das pesquisas de intenção de voto, Lula, reclama-se, deve explicar com detalhes, para além de recentes generalidades vazias, o que faria com a dívida, com os juros e com o equilíbrio das contas públicas, uma vez eleito. Cobram isso o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central, políticos governistas, empresários, economistas de vários matizes. Não é diferente a postura em relação aos outros dois candidatos de oposição, Ciro Gomes, da Frente Trabalhista, e Anthony Garotinho, do PSB.

A cobrança, é claro, está certa. Não apenas para “acalmar o mercado” mas para que o país conheça as alternativas às políticas do atual governo. E, no caso do PT, porque o partido tem uma história de hostilidade a teses que hoje Lula parece abraçar. O candidato do governo, José Serra, tem sido menos cobrado, como é natural: o compromisso com a responsabilidade fiscal faz parte de sua trajetória.

Natural? Será que deveria mesmo ser assim? Sem dúvida, se Serra não tivesse uma companheira de chapa. Sua candidata a vice é a deputada Rita Camata (PMDB-ES). Bonita, inteligente, ativa e articulada, Rita fortalece Serra eleitoralmente. Ela tem um belo currículo parlamentar: entre outras iniciativas, foi o baluarte da aprovação do Estatuto do Menor e do Adolescente e é de sua autoria o projeto gerador da lei que proíbe União, estados e municípios de gastar mais de 60% de sua receita com o pagamento do funcionalismo — a Lei Camata.

Ocorre, porém, que Rita exibe um preocupante perfil de

atuação para quem pode ser vice de um governo cujo maior desafio será a questão fiscal. Como deputada, ela votou, para começar, contra todas as emendas constitucionais destinadas a abrir a economia, como o fim dos monopólios da exploração do petróleo e das telecomunicações. Não custa lembrar que a abertura da economia, no mundo todo, propicia investimentos, geração de empregos e, em consequência, em última análise, mais recursos (via impostos) para o governo equilibrar as contas e investir.

Mais: a deputada foi contra reformas vitais para o equilíbrio das finanças públicas — ironicamente, a preocupação central da própria Lei Camata —, como a reforma administrativa e a da Previdência. Também se opôs à quebra da estabilidade do servidor público (que impedia o Estado de lançar mão daquilo que qualquer empresa em dificuldades faz, o enxugamento de seus quadros) e à exigência — não apenas matemática, mas moral — de idade mínima para a aposentadoria no INSS. Rita também negou sua aprovação à fórmula proposta pelo governo para minorar o rombo na Previdência, o fator previdenciário, dispositivo que aumenta o valor da aposentadoria se o trabalhador adiar o pedido do benefício. E por aí vai.

Tudo bem que Rita seja da ala esquerda do PMDB, e não do partido de Serra, o PSDB. Agora, contudo, os dois estão juntos. Não há nada de errado em partidos e políticos de diferentes perfis se aliarem — desde que estejam lutando por um conjunto de idéias nas quais, apesar de manterem diferenças, ambos os lados acreditem. Ou seja, um programa de governo. Como o de Serra ainda não foi divulgado, é lícito exigir, também dele, uma definição: como conciliar a responsabilidade fiscal com uma companheira de chapa cuja atuação tem sido consistentemente na direção contrária? ■

Rita Camata traz eleitores, mas sempre votou contra o governo

E-mail: setti@uol.com.br